

GRUPO LIDE

Fieg presente no Fórum Brasileiro de Alimentação



O presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Wilson de Oliveira, também presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis (SindAlimentos), participou, no último dia 10, em Goiânia, do 3º Fórum Brasileiro da Indústria de Alimentos, promovido pelo LIDE – Grupo de Líderes Empresarial, presidido pelo empresário João Doria Jr., e pelo LIDE Agrogócios, liderado pelo ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. O evento reuniu mais de 300 participantes no Hotel Mercure. Também esteve presente o presidente do Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás (Sindifargo), Heribaldo Egídio.

Nesta edição, o Fórum teve por foco aspectos ligados à produção, qualidade, embalagem, agregação de valor, marketing e logística de alimentos. Par-

ticiparam da abertura do evento, além do governador de Goiás e de João Doria Jr, o presidente da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA), Edmundo Klotz, os ex-ministros Roberto Rodrigues, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e presidente do LIDE Internacional, além de André Rocha, presidente do SIFAEG – Sindicato da Indústria de Fabricação de Etanol do Estado de Goiás.

Após o encerramento dos debates nos painéis, foram entregues os Prêmios ABIA-LIDE, cerimônia que contou com a presença dos ministros da Fazenda, Joaquim Levy, e da Ciência, Tecnologia e Inovação, Aldo Rebelo, e homenageou empresas de destaque no campo da Alimentação, nas categorias Desenvolvimento de Canais de

Distribuição; Eficiência em Comunicação e Marketing; Inovação em Produtos; e Melhores Práticas da Produção. Foi feita ainda uma homenagem especial ao presidente da ABIA, Edmundo Klotz.

De acordo com Wilson de Oliveira, que é também presidente da Fieg Regional Anápolis, o evento foi bastante representativo, com a presença de dois ministros de Estado, um ex-ministro, do Governador Marconi Perillo e dezenas de lideranças classistas do setor produtivo. “Tivemos a oportunidade de, junto a essas autoridades, debater temas relevantes de interesse do setor da alimentação no País, que tem Goiás como referência, e também homenagear as boas iniciativas da nossa indústria”, ressaltou. (Com informações da assessoria de imprensa do LIDE)

Sindicatos das Indústrias - Fieg Regional Anápolis

FLASHES- FÓRUM BRASILEIRO DE ALIMENTAÇÃO



Sindicatos das Indústrias - Fieg Regional Anápolis

SINDALIMENTOS

Reunião com pauta cheia destaca ações da entidade



A diretoria do Sindicato das Indústrias de Alimentação de Anápolis (SindAlimentos), reuniu-se no último dia 09, com uma pauta extensa de assuntos de interesse do setor. Os trabalhos foram conduzidos pelo presidente da entidade, Wilson de Oliveira, com ampla participação dos empresários sobre os temas em debate.

Wilson de Oliveira fez um relato sobre o andamento do Programa de Qualificação e Desenvolvimento de Empresas de Panificação, apresentando um ofício que foi encaminhado à promotora de justiça, Sandra Mara Garbelini, informando-a sobre a formação da primeira turma da ação, que é fruto de uma parceria entre o SindAlimentos, o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e o Sebrae. O presidente observou que este primeiro grupo terá o programa subsidiado e deve servir de modelo para outros grupos a serem formados futuramente, a partir dos resultados colhidos pelas empre-

sas participantes, em relação à melhoria nos seus processos produtivos e de gestão empresarial.

O presidente do SindAlimentos relatou a sua passagem pela presidência da Fieg, em razão da viagem do titular do cargo, Pedro Alves à Europa, numa missão empresarial do Governo do Estado, e a sua participação na comitiva que foi à Brasília sensibilizar os deputados da bancada goiana na Câmara Federal, a votarem a favor do projeto de regulamentação da terceirização no País, que é um assunto de grande interesse para o setor da alimentação. Ele também teceu comentário sobre a aprovação, no Senado, do Projeto de Lei que convalida os incentivos fiscais concedidos pelo Estado às indústrias, na sua opinião, outra importante vitória obtida através da união do setor produtivo.

Outro ponto importante discutido na reunião foi o aumento do pão francês, motivado pelas altas da energia elétrica

e da farinha de trigo, principal insumo utilizado na fabricação do produto e que é cotado em dólar. Para Wilson de Oliveira, o aumento pode resultar em queda no consumo. Daí, defendeu novamente a bandeira da qualificação como ferramenta para que as panificadoras possam driblar os efeitos da crise com a inflação em alta, variações cambiais e outras questões.

Dentro da pauta, o presidente destacou sua participação no Conselho de Consumidores da Celg e no Conselho de Assuntos Legislativos da CNI. Foi também relatado o andamento do processo eleitoral para a renovação da diretoria, que deverá ocorrer no mês de maio próximo.

“Foi uma reunião muito boa, o que nos motiva ainda mais a continuar desenvolvendo o trabalho que estamos fazendo, com toda diretoria, em prol do nosso segmento”, frisou Wilson de Oliveira.

Sindicatos das Indústrias - Fieg Regional Anápolis

FIEG

Comitiva goiana fez mobilização na Câmara Federal pela aprovação do projeto da terceirização



Liderada pelo presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Wilson de Oliveira, uma comitiva composta por cerca de 30 empresários e lideranças classistas realizou um trabalho de articulação junto aos 17 deputados da bancada goiana na Câmara dos Deputados, com o objetivo de reforçar a importância da aprovação do Projeto de Lei 4330/2014, de autoria do então deputado Sandro Mabel (PMDB), que foi relatado pelo deputado Arthur Oliveira Maia (SD-BR). A mobilização ocorreu na terça-feira, 07, quando ocorreu a votação do pedido de urgência para a colocação da matéria na pauta de votação da Casa.

A comitiva de Goiás juntou-se a comitivas de federações de outros

estados, capitaneadas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), por meio do Conselho de Assuntos Legislativos, presidido pelo goiano Paulo Afonso Ferreira ex-presidente da Fieg.

“Cada comitiva, seguindo a orientação e a liderança do companheiro Paulo Afonso, visitou os parlamentares de seus estados e, assim, obtivemos um bom resultado desse trabalho de corpo-a-corpo, que nos permitiu sensibilizar os deputados sobre a importância da terceirização para dar mais competitividade à indústria brasileira”, ressaltou Wilson de Oliveira.

Mesmo sob um intenso clima de protesto liderado pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), o plenário da Câmara aprovou a urgência do PL

4330/2004 por 316 votos favoráveis, 166 contrários e 06 abstenções. “Este placar é uma demonstração de que a nossa articulação colaborou nesta etapa de tramitação do projeto”, disse o presidente em exercício da Fieg.

No dia seguinte, os parlamentares aprovaram com ampla maioria, o texto-base do PL 4330/2014.

Wilson de Oliveira lembrou que a mobilização em prol da terceirização já é uma luta de longa data, que vem sendo acompanhada de perto no Conselho de Assuntos Legislativos da CNI, do qual faz parte como presente da Fieg. “Entendemos que a terceirização irá contribuir também para modernizar as relações trabalhistas, sem retirar direitos que são garantidos legal e constitucionalmente para os trabalhadores”, ponderou.

Sindicatos das Indústrias - Fieg Regional Anápolis

FLASHES- TERCEIRIZAÇÃO EM BRASÍLIA



Sindicatos das Indústrias - Fieg Regional Anápolis

TERCEIRIZAÇÃO

Veja alguns pontos do texto-base do PL 4330/2014

Retenção antecipada

A pedido do Ministério da Fazenda, o relator incluiu no texto a obrigação de a empresa contratante fazer o recolhimento antecipado de parte dos tributos devidos pela contratada. Deverão ser recolhidos 1,5% de Imposto de Renda na fonte ou alíquota menor prevista na legislação tributária; 1% da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL); 0,65% do PIS/Pasep; e 3% da Cofins.

Atividade econômica

O texto votado nesta quarta-feira prevê que, quando o contrato de terceirização for entre empresas que pertençam à mesma categoria econômica, os empregados da contratada envolvidos no contrato serão representados pelo mesmo sindicato dos empregados da contratante, observados os respectivos acordos

e convenções coletivas de trabalho.

Proibição de sócios

Segundo a redação aprovada, não poderão atuar como empresas contratadas na terceirização aquelas cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado da contratante ou tenha relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade. Também não poderão ser sócios ou titulares aqueles que tenham trabalhado na empresa contratante ou prestado serviços a ela nos últimos dois anos, exceto se forem aposentados.

Responsabilidade

Quanto à responsabilidade da empresa contratante do serviço terceirizado, ela será solidária ou subsidiária em relação às obrigações trabalhistas e previdenciárias devidas pela contratada. Se a contratan-

te fiscalizar o recolhimento e pagamento dessas obrigações, exigindo sua comprovação, a responsabilidade será subsidiária. Nesse caso, a contratante somente poderá ser acionada na Justiça pelo recebimento dos direitos se a contratada não puder pagá-los após ter sido processada.

A responsabilidade será solidária se a contratante não comprovar que fiscalizou os pagamentos. Nesse caso, as duas empresas responderão perante a Justiça pelos direitos trabalhistas e previdenciários.

O texto prevê ainda que, no caso de subcontratação, permitida apenas quanto a serviços técnicos especializados, as regras sobre a responsabilidade se aplicarão tanto à contratante no contrato principal e àquela que subcontratou os serviços. (Fonte: Agência Câmara)

EXPEDIENTE

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Pedro Alves de Oliveira

Presidente

FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

Wilson de Oliveira
PRESIDENTE

Patrícia Oliveira
Coordenadora Administrativa

Contatos

Rua Eng. Roberto Mange, 239-A
Bairro Jundiá
Anápolis - Goiás
CEP: 75.113-630
62 3324-5768 / 3311-5565
fieq.regional@sistemafieg.org.br

SINDICATOS DAS INDÚSTRIAS

Wilson de Oliveira

Sindicato das Indústrias de
Alimentação de Anápolis (SindAlimentos)
www.sindalimentosgo.com.br

Álvaro Otávio Dantas Maia

Sindicato das Indústrias da Construção e do
Mobiliário de Anápolis (SICMA)
www.sicmago.com.br

Robson Peixoto Braga

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas,
Mecânicas e de Material
Elétrico de Anápolis (SIMMEA)
www.simmeago.com.br

Jair Rizzi

Sindicato das Indústrias do
Vestuário de Anápolis (SIVA)
www.sivago.com.br

Laerte Simão

Sindicato das Indústrias
Cerâmicas do Estado de Goiás
(SINDICER/GO)
www.sindicergo.com.br

Heribaldo Egídio da Silva - Presidente
Marçal H. Soares - Presidente Executivo
Sindicato das Indústrias Farmacêuticas
no Estado de Goiás (SINDIFARGO)
www.sindifargo.com.br

PROJETO DE LEI

Senado aprova convalidação de benefícios fiscais

Agência Senado

O presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Wilson de Oliveira, comemorou o resultado da votação do Projeto de Lei do Senado 130/2014, da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), que prevê a convalidação dos incentivos fiscais concedidos pelos estados a empresas. O placar da votação foi de 63 votos favoráveis, 07 contrários e 01 abstenção.

De acordo com Wilson de Oliveira, a aprovação do projeto vem coroar uma etapa importante da luta travada pela CNI (Confederação Nacional da Indústria), com acompanhamento permanente por meio do Conselho de Assuntos Legislativos (CAL), que colocou o assunto como uma das prioridades de acompanhamento da Agenda Legislativa. Para Wilson de Oliveira, que é também presidente da Fieg Regional Anápolis, o ajustamento da questão dos incentivos tranquiliza o setor industrial goiano, em boa parte, beneficiário de programas como o Fomentar e o Produzir instituídos pelo Governo há mais de 30 anos com o objetivo de promover o crescimento industrial de Goiás e gerar emprego, renda e divisas.

O PSL 130/2014, que já havia sido aprovado no ano passado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi votado na forma de substitutivo oferecido pelo relator, senador Luiz Henrique (PMDB-SC). Além de



regularizar todos os incentivos fiscais existentes, o texto muda as regras para a oferta de novos, acabando com a exigência de unanimidade no Confaz. Agora é necessária a anuência de dois terços dos estados ou de um terço dos estados de cada região.

Duas emendas, apresentadas pelos senadores Lúcia Vânia e Ricardo Ferraço (PMDB-ES), foram aprovadas para complementar o projeto. A emenda de Ferraço destaca os incentivos concedidos para as atividades comerciais, que poderão se estender por até cinco anos. Na versão anterior do projeto, era permitido apenas um ano.

A emenda da senadora Lúcia Vânia anula as punições previstas em

lei para estados que concederam incentivos sem autorização do Confaz. Essas punições serão afastadas no caso de perdão das dívidas das empresas que recebiam os benefícios. O objetivo é evitar que as empresas tenham que pagar o ICMS, caso os incentivos que recebiam sejam considerado ilegais. O projeto também busca evitar que o ICMS não pago aos estados de origem seja, posteriormente, cobrado pelos estados de destino.

Agora, o texto aprovado seguirá para a Câmara dos Deputados, onde deverá passar por duas votações em plenário e, sendo aprovado, vai à sanção presidencial. (Com informações da Agência Senado)

Sindicatos das Indústrias - Fieg Regional Anápolis

SICMA

Reunião debate audiência pública e mudanças no Plano Diretor de Anápolis



Diretores do Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis (Sicma) e empresário do setor, se reuniram no último dia 10 na sede da entidade, com o objetivo de debater as mudanças que serão feitas na legislação do Plano Diretor de Anápolis, a partir de audiência pública marcada para a próxima quarta-feira, 15.

Os trabalhos foram coordenados pela arquiteta Maria Luisa Adorno, que é representante do Sindicato e da Associação Comercial e Industrial

de Anápolis (Acia), junto ao Conselho Municipal da Cidade (Comcidade).

Durante o encontro vários temas foram debatidos, como a questão do uso do solo, taxa de ocupação de edificações, uso de subsolo, exigência de vagas para estacionamento em novos empreendimentos comerciais, dentre outros.

Na reunião, foi consenso que as discussões sobre o Plano Diretor não alcançaram de forma mais efetiva todas as partes envolvidas, sobretudo, o segmento da construção,

que tem interesse e quer contribuir com propostas para melhorar esta que é a principal ferramenta do planejamento urbano do Município.

A convocação da audiência pública foi publicada no Diário Oficial do Município do dia 1º de abril último. Um prazo considerado exíguo para um estudo detalhado de todas as nuances que envolvem o Plano Diretor e a consequente apresentação de sugestões que possam melhorar o projeto a ser levado à discussão e votação na Câmara Municipal.

Sindicatos das Indústrias - Fieg Regional Anápolis